

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Relatório da Administração 1º Semestre 2012

Apresentação

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais, os quais resumem o desempenho de suas atividades no primeiro semestre de 2012. O Relatório deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas, Notas Explicativas e Pareceres.

1. Banco da Amazônia, há 70 anos, uma história em movimento

Muito se tem a dizer sobre o Banco da Amazônia, no exercício em que a instituição completa 70 anos de existência. No decorrer dessas sete décadas, o Banco mudou de nome, de logomarca, de foco de atuação, porém sempre teve clara uma diretriz: *promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia*, tornando-se o grande braço daqueles que vivem e investem nessa imensa Região.

Falar em Amazônia é falar em Banco da Amazônia, que muito tem realizado, porém, é possível e pode ser feito muito mais. Para tanto, o Banco investe na capacidade de verticalizar a economia, por meio da aplicação de recursos em conhecimento, agropecuária, tecnologia, além de dar continuidade aos projetos de esporte e lazer.

Contando com apoio financeiro do Banco, o amazônida ganha o reconhecimento que merece e não necessita sair da sua localidade, pois se orgulha de morar e trabalhar na Região.

Atuando em uma região complexa, com vertentes que necessitam de abordagens distintas, o Banco oferece produtos segmentados, dispondo de recursos suficientes para proporcionar a melhoria do cenário regional, atendendo a todos os segmentos da sociedade, o que leva a geração de emprego, renda e valor para a Amazônia.

Assim, o Banco continuará desenvolvendo seu papel, intensificando a valorização das potencialidades regionais, com foco na redução das desigualdades intra e inter-regionais, em sintonia com as políticas e programas do governo federal voltados para a Amazônia.

2. Cenário Econômico

Do ponto de vista macroeconômico, o primeiro semestre de 2012 foi desafiador. Neste cenário, ocorreu o agravamento da crise na região da Zona do Euro, onde Grécia, Espanha, Portugal e Itália, obtiveram seus rebaixamentos dos *ratings* das agências de classificação *Standard & Poors*, *Fitch* e *Moody's*. Nos E.U.A, o período foi de relativa estagnação.

No cenário brasileiro, o governo buscou dar continuidade à trajetória de alavancagem da economia nacional, mediante a adoção de novas políticas de ampliação do crédito bancário, inclusive com redução gradativa da taxa SELIC. Porém, com a divulgação recente do IBGE sobre o resultado da produção industrial brasileira, no mesmo período, verificou-se uma queda de 3,4% da atividade industrial nos primeiros cinco meses do ano em relação ao igual período do ano passado. A economia manteve-se estagnada, mesmo com os estímulos dados pelo Governo Federal de combate a crise, onde o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 2,24% no semestre corrente, mas com redução de 0,20% em relação ao mesmo período anterior.

O papel do Banco da Amazonia S.A., dentro do contexto econômico nacional, esteve alinhado à política do governo federal para fomentar a economia amazônica, sendo seu papel preponderante, batendo recorde absoluto nas contratações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), superando metas estabelecidas como foi o caso da agricultura familiar (plano safra 2011/2012), onde foi atingido 110,5% do que foi definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que era de R\$500,0 milhões, alcançando R\$552,2 milhões.

Também nos seis primeiros meses de 2012, foram realizados investimentos acima do que ocorreu em 2011, especialmente em: cultura, turismo, biodiversidade, além de micro e pequenas empresas.

3. Desafios para o Banco

O ambiente econômico e financeiro para 2012 sinalizava que o Banco da Amazônia, como todas as demais Instituições Financeiras, necessitava exercer um efetivo acompanhamento das metas e objetivos traçados para que os resultados projetados para o ano fossem plenamente atingidos.

Neste sentido, a partir das reuniões de planejamento com os Gestores do Banco, a Diretoria Executiva aprovou, para o ano de 2012, um amplo Programa visando buscar melhores resultados para a Instituição: **O PROGRAMA MAIS**, que conta com três pilares fundamentais:

FNO MAIS: Tem como objetivo principal trabalhar na busca de cumprir integralmente a meta de aplicação do FNO;

RECUPERA MAIS: Tem como objetivo principal trabalhar na busca de cumprir integralmente a meta de recuperação de crédito e redução da inadimplência;

ECONOMIZE MAIS: Tem como objetivo trabalhar na busca de reavaliar os gastos e reduzir custos.

Foi montado e colocado em prática um robusto plano de ação, composto de uma série de ações multidisciplinares, dentre as quais se destacam:

- Reconhecer fatos que oportunizam o crescimento da organização e o alcance de resultados;
- Compreender as potenciais ameaças que dificultam o alcance dos objetivos da organização;
- Combater as inconformidades, buscando aperfeiçoar os processos;
- Trabalhar vários pontos da Instituição na busca de melhorar os serviços prestados e, conseqüentemente, o resultado do Banco.

Com o **PROGRAMA MAIS**, o Banco da Amazônia espera alcançar seus objetivos estratégicos e operacionais, construindo uma Amazônia mais forte, mais emprego e renda, dentro de um processo de desenvolvimento sustentável.

Além do desafio interno, o Banco buscou otimizar os programas traçados pela política do governo federal, com destaque para:

3.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):

O Banco da Amazônia tem se destacado nesse processo de crescimento, por meio de indução e direcionamento dos investimentos e da economia da Região. Em alinhamento ao Governo Federal para atendimento da meta prioritária para o crescimento do país, até maio de 2012, foi aprovada a contratação de 30 projetos infra-estruturantes no âmbito do PAC, investindo R\$6.075,4 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Do total acima citado, R\$6.042,5 milhões correspondem a 29 projetos efetivamente contratados. São projetos infra-estruturantes voltados ao atendimento de energia, transporte, saneamento básico e telefonia, gerando emprego, distribuindo renda e contribuindo para melhorar a infra-estrutura do País.

3.2 Programa Microcrédito Produtivo Orientado – AMAZÔNIA FLORESCER:

O Amazônia Florescer atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), que dispõe de Assessores de Negócios, profissionais treinados que mantêm estreito diálogo com os empreendedores populares e agricultores familiares no local onde é desenvolvido o empreendimento, avaliando a utilidade e adequação do crédito, orientando quanto ao seu uso produtivo, estimulando uma cultura empreendedora e evitando o superendividamento do cliente.

No 1º semestre de 2012, com 8 Unidades de Microfinanças (Abaetetuba-PA; Ananindeua Cidade Nova-PA; Belém-Pedreira-PA; Belém-Reduto-PA; Castanhal-PA; Marabá-PA; Manaus-AM e Santarém-PA), o Amazônia Florescer alcançou o volume de aplicação na ordem de R\$12,9 milhões, um crescimento de 207% de aplicação em relação ao 1º semestre de 2011 e alcançando um acumulado de 37,6 milhões de reais ao longo de 4,5 anos.

O Amazônia Florescer, somente no 1º semestre de 2012, atendeu 9.298 clientes, com um acumulado de 35.620 beneficiados pelo Programa, fomentando a geração de emprego e renda nas áreas periféricas da região amazônica.

A tabela abaixo demonstra como o Programa atua:

Genero	Clientes Atendidos	Nível de Renda Familiar	Clientes Atendidos	Escolaridade	Clientes Atendidos	Faixa Etária	Clientes Atendidos
Feminino	58%	Até R\$600,00	57%	Superior Completo	1%	Acima de 65 anos	2%
Masculino	42%	R\$601,00 a R\$1.000,00	21%	Superior Incompleto	2%	56 – 65 anos	8%
		R\$1.001,00 a R\$1.500,00	11%	Médio Completo	32%	46 – 55 anos	19%
		R\$1.501,00 a R\$5.000,00	10%	Médio Incompleto	16%	36 – 45 anos	26%
		Acima de R\$5.000,00	1%	Fundamental Completo	14%	26 – 35 anos	28%
				Fundamental Incompleto	34%	18 – 25 anos	17%
				Analfabeto	1%		

No crédito rural, de janeiro a junho de 2012, foram aplicados R\$3,9 milhões, um crescimento de 301,0% de aplicação em relação ao 1º semestre de 2011 e atingindo um acumulado de R\$6,4 milhões, com atendimento de 1.689 famílias de agricultores familiares pronafricanos B e um acumulado de 3.054 famílias.

3.3 Operação Cidadania Rio Xingu:

O Banco da Amazônia atua em 11 municípios da Região Norte no âmbito da Operação "Cidadania Xingu" (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Mediciândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu), que visa promover políticas e ações que incentivem o desenvolvimento sustentável da Região, com foco na melhoria da qualidade de vida das populações rural e urbana nos municípios impactados pela UHE Belo Monte.

No exercício de 2012, foram aplicados na Região do Xingu cerca de R\$26,4 milhões por meio de 529 contratações das diversas fontes de recursos e programas do Banco, sendo que 48,0% (R\$12,7 milhões) desse total foram destinados aos agricultores familiares, empreendedores individuais e para as micros e pequenas empresas.

3.4 Operação Arco Verde Terra Legal:

O Banco da Amazônia participa, desde 2009, da Operação "Arco Verde-Terra Legal", iniciativa para promover o desenvolvimento sustentável nos municípios da Amazônia Legal que apresentam os maiores índices de desmatamento.

No período de janeiro a maio de 2012, nos 29 municípios em que atua, o Banco da Amazônia financiou 2.098 operações de crédito, no valor aproximado de R\$160,2 milhões. Desse total, foram aplicados cerca de R\$24,0 milhões pelo FNO-Biodiversidade.

4. O Banco e suas ações focadas para o desenvolvimento

Sempre imbuido da responsabilidade que lhe foi atribuída desde sua criação, em 1942, ou seja, de atuar na Amazônia como fomentador do desenvolvimento regional como agente financeiro do governo federal, o Banco bateu recorde absoluto no primeiro semestre nas contratações do FNO, que é a maior e mais importante fonte de recursos disponibilizada pelo governo, pois foi alcançado o valor de R\$1.800,0 milhões, mesmo valor efetivado durante todo o ano de 2011, superando metas e expectativas.

Nessa linha de aplicações, se destacam:

4.1 FNO - INTINERANTE:

Foram realizadas, no primeiro semestre de 2012, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, 12 seminários do FNO - Itinerante nos seguintes municípios: Porto Walter e Assis Brasil no Acre; São Gabriel da Cacheira no Amazonas; Serra do Navio e Cutias no Amapá; Belterra e Primavera no Pará; Cerejeiras em Rondônia; Normandia em Roraima; e Lavandeira, Carrasco Bonito e Sandolândia no Tocantins.

Como resultado desse evento, foram contratadas 15 operações de crédito. O volume de recursos contratados atingiu R\$2,8 milhões. Além disso, foi iniciada a contratação de 43 operações de crédito, com perspectiva de alocação de R\$1,7 milhão

No mesmo período ocorreu a emissão de 135 Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP's) para produtores rurais do Estado do Amapá, visando atendimento com recursos do Amazônia Florescer e Pronaf Floresta. E em todos os municípios atendidos foram realizadas 41 visitas a empreendedores individuais.

4.2 Agricultura Familiar:

O Banco da Amazônia através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem apoiando de forma significativa o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental.

Os resultados alcançados pelo PRONAF estão ancorados no processo contínuo de aperfeiçoamento da operacionalização do programa. Nesse contexto, o Banco vem aperfeiçoando seus mecanismos de controles, focando no monitoramento da qualidade dos serviços de assistência técnica, na inadimplência, na vistoria prévia à análise dos projetos com risco do Banco, na exigência de garantias reais para operações ao abrigo do PRONAF em valores acima de 18 mil reais e na reformulação da Declaração de Posse Mansa e Pacífica, Instituição da Declaração de Vizinhaça.

Além das ações descritas anteriormente, merecem destaque:

1. Videoconferência com as Superintendências para acompanhar o desempenho de aplicação de recursos no PRONAF;
2. Assinatura dos Termos de Compromisso realizado pelas Superintendências, Governos Estaduais e empresas de assistências técnicas com o propósito de ampliar o número de agricultores familiares atendidos pelo PRONAF, de forma segura e responsável;
3. Alinhamento ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com apoio a produção da Palma de Dendê através da Linha PRONAF ECO;
4. Alinhamento ao Governo Federal, operacionalizando as Linhas Emergenciais para atendimento aos agricultores familiares que tiveram perda, em função de eventos climáticos adversos conforme resoluções publicadas para esse fim.

4.3 Micro e pequenas empresas:

Atenção especial foi dada pelo Banco às micro e pequenas empresas, através da ampliação do crédito, resultando em uma alavancagem significativa nos montantes aplicados com recursos de fomento, comparativamente aos mesmos períodos de anos anteriores.

Além disso, em 2012, entrou em operacionalização o Programa de Crédito Específico para o segmento de micro e pequenas empresas não rurais com recursos do fomento, o FNO-MPE. O programa permite o financiamento de todos os itens necessários à implementação do plano ou projeto, inclusive com a inovação para o financiamento da aquisição de máquinas, equipamentos, construção civil, imóveis para localização ou realocação de empreendimentos com mais de 2 (dois) anos.

Há ainda a linha de crédito do FNO GIRO-MPE, também específico para o segmento de micro e pequenas empresas e que visa o financiamento de capital de giro isolado a serem utilizados para aquisição de matéria-prima, insumos, bens ou produtos, necessários à formação ou manutenção do estoque do beneficiário para o desempenho de sua atividade.

No primeiro semestre de 2012, foi aplicado o montante de R\$217,0 milhões, crescimento na ordem de 112,7%, quando comparando com o mesmo período de 2011.

4.4 Programa FNO - Biodiversidade:

Com recursos do Programa FNO-Biodiversidade, o Banco da Amazônia financia projetos de florestamento e reflorestamento, de manejo sustentável e de recuperação de áreas de reserva legal e preservação permanente do bioma Amazônia.

Através do Programa, o Banco da Amazônia financiou, no primeiro semestre de 2012, cerca de R\$76,5 milhões. Comparativamente ao mesmo período de 2011, ocorreu crescimento de 207,0% no total dos financiamentos concedidos (R\$24,9 milhões).

O Banco da Amazônia estimula as atividades no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) a fim de difundir uma agricultura sustentável, reduzindo os impactos do aquecimento global, através de incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis.

O apoio do Banco objetiva garantir mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e a proteção ao meio ambiente, estimulando processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os gases de efeito estufa no campo.

As contratações realizadas pelo Banco da Amazônia no 1º semestre de 2012 no âmbito das atividades do Programa ABC totalizam R\$127,7 milhões, assim distribuídos: R\$63,5 milhões do FNO Amazônia Sustentável; R\$17,2 milhões do FNO Biodiversidade e R\$47 milhões do FNO PRONAF.

4.5 Turismo Sustentável da Amazônia:

No primeiro semestre de 2012, foram contratados, para o segmento de turismo na Região, R\$286,3 milhões através das fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve crescimento de 259,0% no valor dos financiamentos concedidos (R\$79,8 milhões).

5. A atuação do Banco na Carteira Comercial

A área comercial também manteve performance de crescimento, onde os segmentos de pessoa física, no curto prazo, foram atendidas com créditos que alcançaram o montante de R\$1.039,0 milhões. Deste montante, houve contribuição da carteira de pessoa jurídica na ordem de R\$822,0 milhões, pessoa física com R\$217,0 milhões, totalizando 35.434 operações, até o encerramento do semestre de 2012.

6. Desempenho

6.1 Resultado:

As ações colocadas em prática pelo Banco, no 1º semestre de 2012, se refletiram no resultado deste período que registrou um lucro líquido de R\$108,9 milhões, com aumento de 151,7% em relação ao primeiro semestre de 2011 (R\$43,3 milhões), levando a uma rentabilidade 11,3% sobre o patrimônio líquido de 2011.

O crescimento das receitas operacionais, especialmente as de operações de crédito (18,7%), resultado com títulos e valores mobiliários (1,8%) e as de prestação de serviço (17,4%), combinado com o melhor desempenho no crédito, o que gerou uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa (3,0%), além dos significativos valores registrados na recuperação de créditos, foram os fatores que levaram ao resultado apresentado pelo Banco.

As despesas administrativas, como um dos pilares do PROGRAMA MAIS, foram fortemente controladas, registrando pequeno crescimento, abaixo da inflação do período, perfeitamente contemplado no programa, tais como despesa de pessoal com crescimento de 13,6%, fruto do dissídio coletivo.

Embora não compondo a carteira de crédito do Banco, as operações realizadas com recursos do FNO são avaliadas de acordo com os critérios da Res. CMN nº 2682/1999, sendo registrada no Banco a despesa oriunda desse risco. O ajuste do primeiro semestre de 2012 também apresentou queda de mais de 50,0% em relação ao 1º semestre de 2011, alinhando-se ao desempenho da carteira do Banco.

6.2 Ativos:

O Banco da Amazônia S.A. encerrou o 1º semestre de 2012 com ativos totais de R\$10.779,9 milhões que, comparado com igual período de 2011, registrando crescimento de 14,4% (R\$9.425,7 milhões).

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do 1º semestre de 2012, essa Carteira registrou o montante de R\$5.390,4 milhões, crescimento de 30,3% quando comparado ao primeiro semestre de 2011 (R\$4.136,6 milhões).

A carteira de crédito permaneceu sem variação, visto que com as políticas adotadas para a concessão e acompanhamento, houve a redução da inadimplência, assim, o saldo da carteira em 2011 correspondia a R\$2.174,3 milhões, enquanto que em 2012 o saldo corresponde a R\$2.272,2 milhões. Os créditos classificados como de risco AA a C, que representam 94,6% do total da carteira e no semestre anterior correspondia a 94,7%.

O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,3% (8,4% de julho de 2011).

Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Outros Créditos, contribuindo com 25,1% para o total de ativos.

6.3 Passivos:

O total de captações de recursos, composta pelos depósitos do público, encerrou o primeiro semestre de 2012, com R\$2.908,6 milhões, superior em 15,3% em relação ao 1º semestre de 2011 (R\$2.523,8 milhões). Desse total, 23,4% correspondem aos depósitos à vista (29,6% em 2011), 60,2% aos depósitos a prazo (52,2% em 2011), 16,3% aos depósitos de poupança (18,7% em 2011) e 0,1% aos outros depósitos (0,4% em 2011).

Os recursos do FNO repassados pela União ao Banco e ainda não aplicados em operações de crédito são registrados em Outras Obrigações – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento e representam 31,8% do Passivo Total (25,3% em 2011).

6.4 Patrimônio Líquido (PL):

O Patrimônio Líquido do Banco no final do 1º semestre é de R\$2.032,7 milhões (R\$1.964,9 milhões em 2011), apresentando rentabilidade de 11,3% (4,5% em igual período de 2011) sobre o PL de 2011.

O Índice da Basileia ao final do 1º semestre atingiu 16,2%.

7. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco da Amazônia tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que as causas geradoras de danos sejam eliminadas e os efeitos mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

7.1 Risco de Liquidez:

No semestre, de acordo com as diretrizes da Política de Liquidez existente no Banco, foi mantido um colchão de liquidez, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional deste risco.

O grande volume de títulos públicos de alta liquidez em carteira, tem permitido ao Banco manter e, inclusive, ampliar em relação ao último relatório (dezembro de 2011), as disponibilidades de recursos. Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problemas de liquidez.

7.2 Gestão do Risco de Crédito:

As estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes são os componentes da Política de Risco de Crédito existente na Instituição.

No modelo interno de avaliação, estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias. A classificação dos créditos atende as exigências da Resolução CMN n.º 2682/1999.

A classificação da operação no nível de risco correspondente é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: valor, natureza e finalidade do crédito;

7.3 Gestão de Risco de Mercado:

Os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados para classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007, estão definidos na Política de Risco de Mercado

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 85,14% do valor de mercado (MM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.479 em 29 de junho de 2012, o que representa um percentual de 0,08% do valor de mercado do total da carteira

7.4 Gestão do Risco Operacional:

A estrutura de gestão do risco operacional é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais da Instituição. A gestão do risco operacional permeia toda a Organização e todas as unidades e níveis hierárquicos possuem papéis e responsabilidades.

A Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional está aderente às melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil e se constitui de um conjunto de diretrizes que tem por objetivo proporcionar adequado gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

O Relatório de Risco de Gestão do Risco Operacional está disponível no endereço www.bancamazonia.com.br.

7.5 Gestão de Continuidade de Negócios – GCN:

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos e define estratégias a serem adotadas para alcançar a capacidade de continuidade adequada às necessidades de negócios da Instituição.

A Gestão está fundamentada na elaboração de planos para as atividades críticas, utilização de metodologias e ferramentas para formalização de ações a serem adotadas em momentos de crise, visando à recuperação e a continuidade dos processos de negócios, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para o Banco quanto para os seus clientes.

8. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Considerando a prorrogação da intervenção nos planos previdenciários administrados pela CAPAF, através da Portaria PREVIC nº 142/2012 publicado no Diário Oficial da União em 22/03/2012, por mais 180 dias, a contar de 01/04/2012, ainda não é possível a mensuração do nível de responsabilidade do Banco junto aquela Caixa de Previdência.

Porém, o Banco vem atualizando, trimestralmente, sua obrigação, na forma estabelecida pela Deliberação CVM nº 600/2009 (reconhecimento de 50% do déficit do plano de benefício definido – BD), assim como continua a repassar os recursos necessários à complementação, mensal, da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas referente ao plano BD, em cumprindo a determinação judicial.

Acatando proposta formulada pelo Interventor, os órgãos de controle e fiscalização autorizaram a reabertura do prazo para adesão, por qualquer participante (empregado da ativa, ex-participante, aposentado ou pensionista), aos novos planos saldados de benefícios da CAPAF. A nova fase do processo, como diferencial, contemplará a realização de negociações individuais com os participantes que se encontram ao abrigo da Portaria nº 375/1969, envolvendo a disponibilização de recursos financeiros não previstos anteriormente, através de acordos judiciais nas ações promovidas até a data de decretação da intervenção.

9. Gestão de pessoas

O Banco da Amazônia encerrou o 1º semestre de 2012 contando com um quadro de 3.713 colaboradores (contra 3.450 em igual período de 2011), sendo 3.149 empregados e 564 estagiários, tendo sido admitido no semestre 181 empregados e 82 estagiários.

Neste particular, o investimento no capital humano do Banco tem sido uma das prioridades. Sob esta ótica, a atual Administração considera que a principal vertente que impulsiona a dinâmica para a se chegar a resultados favoráveis, em um mercado altamente competitivo, é sem dúvida, a capacitação contínua de seus quadros.

Para tanto, no primeiro o semestre de 2012, o Banco investiu R\$1,4 milhão em treinamento, proporcionando 75 eventos em programas como: Programa de Língua Estrangeira (PLE); Programa de Educação Continuada, em nível de Graduação (PEC); Programa de Pós-Graduação, Especialização Mestrado e Doutorado (PPG).

Também como ferramenta de treinamento, o Banco disponibiliza aos seus colaboradores diversos cursos na modalidade *on-line*. Dentre os cursos ofertados, destaque para Lei de Acesso à Informação, onde todos os empregados do Banco tiveram a oportunidade de realizar o curso; o Curso de Qualidade de Crédito que contou com a participação de 149 empregados no período e Círculos Internos e Gestão de Risco, onde 645 empregados realizaram os cursos.

9.1 Política de Benefícios:

Além do investimento em treinamento e com o objetivo de assegurar um nível de maior satisfação de seus empregados, o Banco oferece outros benefícios, que constituem uma forma de remuneração indireta. Os principais são: Programa de Alimentação do Trabalhador, Cesta Alimentação, Saúde-Amazônia, Integralização de Vencimentos, Auxílio-Creche, Vale Transporte, Seguro de Vida, Licença-Maternidade-Ampliação, Auxílio Funeral, Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto e custeio de despesas decorrentes de acidente de trabalho.

10. Rede de atendimento

O Banco busca priorizar os clientes dos municípios da Amazônia Legal, em particular aqueles do interior dos estados. No 1º semestre de 2012 foram inauguradas 03 novas unidades de negócio, nos municípios de Vitória do Mearim (MA), Xambioá (TO) e Porto Velho (RO).

Com a criação dessas novas unidades, a rede de atendimento do Banco da Amazônia totalizou 181 unidades, sendo: 121 Agências, 53 postos de atendimento eletrônico (PAE), 04 postos de atendimento bancário (PAB) e 03 postos avançados de atendimento (PAA).

11. Tecnologia da informação (TI)

Dando continuidade ao seu Projeto de Governança de TI (PGOTI), foi alterado o processo de Contratação de Soluções de TI contendo fluxos, documentos de apoio e etc, aderentes à Instrução Normativa (IN) 04/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do governo federal, que rege o processo de contratação de soluções de TI dos órgãos federais.

Houve o acompanhamento e execução de ações do projeto *Site Backup*, abrangendo a implantação dos novos equipamentos core de rede, *firewall* e balanceamento de rede, projeto de virtualização de servidores de aplicação do Projeto de Excelência Tecnológica (PET) e a instalação da infraestrutura virtual de servidores, para migração e atualização da capacidade do *datacenter*.

Quanto às ações relacionadas à segurança das informações, foi elaborado termo de referência para contratação de serviço de análise de vulnerabilidades e teste de intrusão nas aplicações e infra-estrutura de rede, bem como foram revisados os normativos internos para simplificá-los e deixá-los aplicáveis ao ambiente operacional do Banco.

12. Participações e Patrocínio

12.1 Política de patrocínio:

A partir de 1997, o Banco iniciou suas ações, objetivando oferecer incentivo e recursos aos profissionais nos mais diversos segmentos, buscando promover e ampliar parcerias, valorizar a cultura local e a inclusão social com geração de emprego e renda, apoiando financeiramente, projetos de cunho ambiental, cultural, esportivo e social.

As ações iniciais objetivavam divulgar ao público interno e a sociedade em geral, as ações que espelhassem a missão institucional e a diversidade de parceiros do Banco. Entretanto, através dessa iniciativa o Banco se tornou referência, levando a uma revisão do processo, que culminou com a adoção de uma Política de Patrocínio.

Através dessa Política, o Banco buscou tornar o processo de patrocínio transparente e democrático, realizando anualmente o edital de patrocínio que abrange todos os municípios amazônidas, onde os projetos inscritos são analisados por uma comissão multidisciplinar que prioriza os projetos que contemplem o desenvolvimento e mostrem a riqueza da Amazônia ao Brasil e ao mundo, respeitando a diversidade e o meio ambiente.

12.2 O Banco e a Conferência Mundial Rio+20:

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

13. Governança

13.1 Revisão do Planejamento Estratégico:

No 1º semestre/2012, foi iniciado o processo de revisão do planejamento estratégico, com o objetivo de dar direcionamento as estratégias do Banco para os próximos anos. Contando, para tanto, com a reativação do Comitê de Planejamento Estratégico do Banco (COPLANE), que é constituído por todos os Gerentes Executivos da Matriz, que, em parceria com a Gerência de Estratégia e Organização, serão os responsáveis por estabelecer os compromissos maiores do planejamento do Banco, o qual está previsto para ser desenvolvido em quatro fases:

- 1ª fase: Missão, Visão, Crenças e Princípios;
- 2ª fase: Análise do Ambiente;
- 3ª fase: Desafios;
- 4ª fase: Operações.

A primeira fase da revisão envolveu consulta a todos os empregados do Banco para construção da nova visão, missão, crenças e princípios e foi concluída no 1º semestre/2012.

13.2 Prevenção à lavagem de dinheiro:

O Banco da Amazônia dispõe de políticas e procedimentos internos de controle destinados a prevenir sua utilização na prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613/1998. Sua Política Institucional (NP-206), versa sobre a detecção, análise, monitoração e comunicação de indícios contra os Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores de movimentações financeiras relativas aos produtos e serviços do Banco. Dispõe de um Software, que utiliza tecnologia de Sistema Especialista baseado em regras, auxiliando a detecção e análise dos casos de indícios de lavagem de dinheiro, bem como um órgão colegiado - Comitê de Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro, que tem por finalidade participar do processo de gestão de PLD e decisão sobre as comunicações das movimentações financeiras atípicas ao Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF).

13.3 Auditoria independente:

Em referência a Instrução CVM nº. 381/2003, o Banco da Amazônia informa que a Ernst & Young Terco, Auditoria Independente do Banco, foi contratada em 2009, através do processo de licitação, tipo "menor preço", modalidade pregão eletrônico, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Banco da Amazônia.

Conforme escopo dos serviços propostos, e com base nas normas de independência profissional da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços a serem prestados pela Ernst & Young Terco não configuram na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria. Na prestação dos serviços, a Ernst & Young Terco não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos

de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

No 1º semestre de 2012, não foi realizado pagamento à empresa a título de consultoria.

13.4 Circular nº 3.068/2001 – BACEN:

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na Circular 3.068/2001, no montante de R\$337,2 milhões, que representam 6,3% do total de sua carteira de títulos.

13.5 Comitê de auditoria:

O Banco conta com um Comitê de Auditoria, como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação vigentes e no Estatuto Social do Banco.

13.6 Ouvidoria:

No 1º semestre de 2012, a Diretoria do Banco aprovou a alteração da dotação e regimento da Ouvidoria do Banco, incluindo atribuições relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC dentro de sua estrutura funcional, especialmente no que se refere à operacionalização da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Assim, a Ouvidoria do Banco passa a executar não somente um serviço especializado de atendimento a clientes, como também favorecer o acesso às informações, assim como atender e orientar os cidadãos sobre a referida Lei.

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser atendidos presencialmente ou encaminhadas mensagens, via correio para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 – Campina - Belém-PA, CEP. 66017-000.

O Banco da Amazônia, também, disponibiliza aos seus clientes, atendimento, através do sistema de atendimento ao cliente - SAC pelo número 0800 727 72 28, 24h todos os dias da semana ou pelo seguinte endereço: www.sacbancos.com.br

Agradecimentos:

Aos acionistas, clientes, empregados, colaboradores, fornecedores e ao público em geral, especialmente os amazônidas, apresentamos nossos agradecimentos por permitirem ao Banco da Amazônia S.A., chegar aos 70 anos de existência, com o compromisso de "com transparência e singularidade das nossas ações movimentarmos a Amazônia. E a sua vida".

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

ATIVO	30.06.2012	30.06.2011	PASSIVO	30.06.2012	30.06.2011
Circulante	5.439.283	4.944.491	Circulante	7.128.903	5.918.904
Disponibilidades	46.031	46.431	Depósitos	2.779.735	2.447.926
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.654.448	1.679.155	Depósitos à Vista	680.190	724.176
Aplicações no Mercado Aberto	1.143.108	946.996	Depósitos de Poupança	475.877	471.957
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Provisões para Perdas)	(40.449)	(40.449)	Depósitos Interfinanceiros	2.274	2.054
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.669.735	1.138.496	Depósitos a Prazo	1.621.394	1.242.324
Carteira Própria	1.667.043	746.564	Outros Depósitos	-	7.415
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	391.932	Captações no Mercado Aberto	-	389.999
Vinculados à Prestação de Garantias	2.692	-	Carteira Própria	-	389.999
Relações Interfinanceiras	337.583	318.770	Relações Interfinanceiras	24.404	33.458
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	12.318	23.817	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	24.404	33.458
Créditos Vinculados:	325.265	294.953	Relações Interdependências	16.062	909
Depósitos no Banco Central	325.232	294.940	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.746	689
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	33	13	Transferências Internas de Recursos	14.316	220
Relações Interdependências	-	23	Obrigações por Empréstimo	159.040	52.544
Transferências Internas de Recursos	-	23	Empréstimos no Exterior	159.040	52.544
Operações de Crédito	1.363.309	1.081.943	Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	92.997	96.967
Operações de Crédito:	1.420.988	1.127.911	TESOURO NACIONAL	24.816	34.429
Setor Público	217.181	210.493	BNDES	47.760	50.171
Setor Privado	1.203.807	917.418	CEF	29	56
(Provisão para Operações de Crédito)	(57.679)	(45.968)	FINAME	20.392	12.311
Outros Créditos	365.193	676.820	Outras Obrigações	4.056.665	2.897.101
Carteira de Câmbio	154.092	45.867	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.348	11.998
Rendas a Receber	39.192	55.771	Carteira de Câmbio	1.054	438
Diversos	176.652	579.572	Sociais e Estatutárias	26.993	11.676
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4.743)	(4.390)	Fiscais e Previdenciárias	99.415	92.267
Outros Valores e Bens	3.002	2.853	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.448.752	2.404.751
Outros Valores e Bens	1.681	1.420	Diversas	465.103	375.971
(Provisões para Desvalorizações)	(163)	(213)	Exigível a Longo Prazo	1.618.241	1.541.861
Despesas Antecipadas	1.484	1.646	Depósitos	128.887	75.909
Realizável a Longo Prazo	5.118.140	4.265.379	Depósitos a Prazo	128.887	75.909
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.720.633	2.998.081	Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	375.226	365.197
Carteira Própria	3.707.700	2.986.675	TESOURO NACIONAL	12.156	10.043
Vinculados à Prestação de Garantias	12.933	11.406	BNDES	242.934	218.958
Relações Interfinanceiras	12.569	12.569	CEF	-	28
Créditos Vinculados:	12.569	12.569	FINAME	120.136	136.168
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	12.569	12.569	Outras Obrigações	1.114.128	1.107.755
Operações de Crédito	682.864	955.368	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	72.921	43.625
Operações de Crédito:	699.777	987.467	Diversas	1.041.207	1.057.130
Setor Público	110.594	322.281	Patrimônio Líquido	2.032.753	1.964.901
Setor Privado	589.183	665.186	Capital	1.219.669	1.219.669
(Provisão para Operações de Crédito)	(16.913)	(32.099)	De Domiciliados no País	1.218.727	1.219.029
Outros Créditos	702.074	299.361	De Domiciliados no Exterior	942	640
Diversos	702.092	299.397	Reservas de Capital	2.253	2.253
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18)	(36)	Reservas de Reavaliação	30.341	31.721
Permanente	222.474	215.796	Reservas de Lucros	761.540	709.392
Investimentos	267	267	Ajuste ao Valor de Mercado -TVM e Derivativos	18.950	1.866
Outros Investimentos	1.625	1.625	TOTAL DO PASSIVO	10.779.897	9.425.666
(Provisões para Perdas)	(1.358)	(1.358)			
Imobilizado de Uso	109.259	102.515			
Imóveis de Uso	41.105	41.696			
Reavaliações de Imóveis de Uso	48.270	49.402			
Outras Imobilizações de Uso	124.297	109.044			
(Depreciações Acumuladas)	(104.413)	(97.627)			
Diferido	539	3.183			
Gastos de Organização e Expansão	41.073	41.097			
(Amortização Acumulada)	(40.534)	(37.914)			
Intangível	112.409	109.831			
Outros Ativos Intangíveis	153.576	138.029			
(Amortização Acumulada)	(41.167)	(28.198)			
TOTAL DO ATIVO	10.779.897	9.425.666			

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	30.06.2012	30.06.2011
Receitas da Intermediação Financeira	506.928	461.508
Operações de Crédito	168.153	141.623
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	320.309	314.725
Resultado de Operações de Câmbio	18.466	5.160
Despesas da Intermediação Financeira	(308.683)	(262.878)
Operações de Captação no Mercado	(88.063)	(99.520)
Operações de Empréstimos e Repasses	(186.638)	(128.338)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(33.982)	(35.020)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	198.245	198.630
Outras Receitas / Despesas Operacionais	8.442	(97.978)
Receitas de Prestação de Serviços	223.417	196.541
Rendas de Tarifas Bancárias	39.451	27.311
Despesas de Pessoal	(172.819)	(152.107)
Outras Despesas Administrativas	(112.466)	(108.769)
Despesas Tributárias	(32.685)	(30.374)
Outras Receitas Operacionais	198.853	162.360
Outras Despesas Operacionais	(135.309)	(192.940)
Resultado Operacional	206.687	100.652
Resultado Não Operacional	2.035	3.577
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	208.722	104.229
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.795)	(60.906)
Provisão para Imposto de Renda	(69.324)	(64.254)
Provisão para Contribuição Social	(42.695)	(38.819)
Ativo Fiscal Diferido	12.224	42.167
Lucro Líquido	108.927	43.323
Lucro/Prejuízo por Ação - Em Reais	0,03674	0,01461

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	1º SEM/2012	1º SEM/2011
1. RECEITAS	936.702	816.278
1.1. Intermediação Financeira	506.928	461.508
1.2. Prestações de Serviços	262.868	223.852
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(33.982)	(35.020)
1.4. Outras	200.888	165.938
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(274.701)	(227.858)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(228.810)	(283.435)
3.1. Materiais, energia e outros	(18.910)	(15.148)
3.2. Serviços de terceiros	(74.591)	(75.347)
3.3. Outras	(135.309)	(192.940)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	433.191	304.985
5. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(14.363)	(14.501)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)	418.828	290.484
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	418.828	290.484
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	418.828	290.484
8.1. Pessoal	144.354	122.638
8.1.1. Remuneração direta	108.442	90.631
8.1.2. Benefícios	27.323	24.633
8.1.3. FGTS	8.589	7.374
8.2. Impostos, taxas e contribuições	160.944	120.751
8.2.1. Federais	157.884	117.866
8.2.2. Estaduais	9	18
8.2.3. Municipais	3.051	2.867
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	4.603	3.772
8.3.1. Aluguéis	4.603	3.772
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	108.927	43.323
8.4.3. Lucros retidos do exercício	108.927	43.323

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	30.06.2012	30.06.2011
Lucro líquido do Semestre	108.927	43.323
Depreciações e amortizações	14.363	14.501
Provisão para operações de crédito e outros créditos	37.554	35.020
Rendas de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(190.415)	-
Rendas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(20.545)	-
Ganhos capital	(472)	(65)
Despesas de provisões para passivos contingentes	69.600	69.019
Despesas de provisões para riscos do FNO	56.776	112.958
Reversão de provisões para operações de crédito e outros créditos	(3.572)	-
Reversão de outras provisões operacionais	(5.298)	(4.211)
Dividendos provisionados	(25.987)	(11.008)
Lucro líquido ajustado	40.931	259.537
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	7.632	262.490
Redução em outros valores e bens	362	408
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.579)	(171.000)
(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências	(14.048)	(65.969)
(Redução)/(aumento) em operações de crédito	90.071	(359.925)
(Aumento) em outros créditos	(69.970)	(12.556)
Aumento em depósitos	570.972	184.540
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	57.623	5.205
(Redução)/aumento em captações no mercado aberto	(434.165)	221.940
Aumento em outras obrigações	455.707	314.040
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	662.605	379.173 </

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS	LEGAL	ESTATUTÁRIA				
SALDOS EM 31.12.2010	1.205.234	14.435	2.253	34.595	71.356	602.847	2.892	-	1.933.612
1. AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	(1.026)	-	(1.026)
-Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(1.026)	-	(1.026)
2. AUMENTO DE CAPITAL	14.435	(14.435)	-	-	-	-	-	-	-
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	(2.874)	-	-	-	2.874	-
-Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(4.789)	-	-	-	4.789	-
Realização da Reserva	-	-	-	(8.780)	-	-	-	8.780	-
Baixa da Reserva	-	-	-	3.991	-	-	-	(3.991)	-
-Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	1.915	-	-	-	(1.915)	-
Realização da Reserva	-	-	-	3.511	-	-	-	(3.511)	-
Baixa da Reserva	-	-	-	(1.596)	-	-	-	1.596	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	43.323	43.323
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	(46.197)	(11.008)
- Reservas	-	-	-	-	2.166	33.023	-	(35.189)	-
-Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(11.008)	(11.008)
SALDO EM 30.06.2011	1.219.669	-	2.253	31.721	73.522	635.870	1.866	-	1.964.901
MUTAÇÕES DO PERÍODO	14.435	(14.435)	-	(2.874)	2.166	33.023	(1.026)	-	31.289
SALDOS EM 31.12.2011	1.219.669	-	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
1. AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	15.598	-	15.598
-Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	15.598	-	15.598
2. OUTROS EVENTOS	-	-	-	(468)	-	-	-	468	-
-Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(780)	-	-	-	780	-
Realização da Reserva	-	-	-	(780)	-	-	-	780	-
-Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	312	-	-	-	(312)	-
Realização da Reserva	-	-	-	312	-	-	-	(312)	-
3. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	108.927	108.927
4. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	(109.395)	(25.987)
- Reservas	-	-	-	-	5.446	77.962	-	(83.408)	-
-Dividendos -Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(25.987)	(25.987)
SALDO EM 30.06.2012	1.219.669	-	2.253	30.341	80.731	680.809	18.950	-	2.032.753
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(468)	5.446	77.962	15.598	-	98.538

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de Junho de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto Operacional
- Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
- Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
- Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
- Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
- Nota 7 - Carteira de Crédito
- Nota 8 - Outros Créditos – Diversos
- Nota 9 - Permanente
- Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
- Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por Repasses
- Nota 13 - Outras Obrigações
- Nota 14 - Patrimônio Líquido
- Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
- Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
- Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
- Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro
- Nota 23 - Partes Relacionadas
- Nota 24 - Benefícios a Empregados
- Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores
- Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos
- Nota 27 - Análise de Sensibilidade
- Nota 28 - Informações Complementares
- Nota 29 - Outras Informações

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota n°19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota n°17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota n° 18).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei n°11.638/2007 e pela Lei n°11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.

3. Principais Práticas Contábeis

a) As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil da competência mensal.

c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

e) As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

f) Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares n°s 3.068/2001 e 3.082/2002, do BACEN, e estão distribuídos em três categorias:

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são utilizados parâmetros como: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), critérios que levam em conta o preço médio de negociação na data da apuração, o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, bem como o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados *pro rata dia* pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor de venda e o valor atualizado dos títulos é levada ao resultado, como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários, conforme o caso.

g) As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução n° 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

h) No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação. O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco (nota n° 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução n° 3.565/2008.

i) É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

j) Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

k) A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizado trimestralmente de acordo com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com a Deliberação n° 600/2009 da CVM (nota n° 24).

l) As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

O Banco registra e controla o crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota n° 15.b).

m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nelas reportados, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

n) Para a constituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento ao CPC n° 25 e aprovação pelo CMN através da Resolução n° 3.823/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Disponibilidades	46.013	46.431
Disponibilidade em moeda nacional	36.702	38.669
Disponibilidade em moeda estrangeira	9.311	7.762
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.143.108	962.358
Aplicações no mercado aberto	1.143.108	946.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	15.362
TOTAL	1.189.121	1.008.789

(¹) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no mercado aberto

Posição Bancada

Letras Financeiras do Tesouro

Letras do Tesouro Nacional

Notas do Tesouro Nacional

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Certificados de Depósitos Interfinanceiros

Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros

TOTAL (no curto prazo)

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no semestre R\$73.525 (R\$64.777 em 2011).

6. Títulos e Valores Mobiliários

Carteira própria - livres

Títulos Públicos

Letras Financeiras do Tesouro

Letras do Tesouro Nacional

Notas do Tesouro Nacional

Certificados Financeiros do Tesouro

Títulos da Dívida Agrária

Títulos Privados

Certificado de Depósito Bancário

Debêntures

Cotas de Fundos de Investimento

Letras Financeiras

Notas Promissórias

Vinculados a operações compromissadas

Títulos Públicos

Letras Financeiras do Tesouro

Vinculados a prestação de garantias

Títulos Públicos

Letras Financeiras do Tesouro

Letras do Tesouro Nacional

TOTAL

Saldo de curto prazo

Saldo de longo prazo

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

1-Títulos para negociação^(*)

Títulos Públicos

Letras Financeiras do Tesouro

2-Títulos Disponíveis para venda

Títulos Públicos

Letras Financeiras do Tesouro

Letras do Tesouro Nacional

Notas do Tesouro Nacional

Títulos Privados

Debêntures

Cotas de Fundos de Invest. – FIDC

Cotas de Fundos de Invest. – FI REF

Outros Títulos-Letras Financeiras/NP

3-Títulos Mantidos até o vencimento

Títulos Públicos

Notas do Tesouro Nacional

Certificados Financeiros do Tesouro

Outros títulos públicos - TDA

TOTAL 2012

TOTAL 2011

(^{*}) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7° da Circular n° 3.068/2001.

b) Quanto aos ajustes

Para negociação

Letras Financeiras do Tesouro

Disponíveis para venda

Letras Financeiras do Tesouro

Letras do Tesouro Nacional

Notas do Tesouro Nacional

Debêntures

Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC

Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF

Outros Títulos Privados

Mantidos até o vencimento⁽¹⁾

Notas do Tesouro Nacional⁽²⁾

Certificados Financeiros do Tesouro⁽³⁾

Outros títulos públicos - TDA⁽⁴⁾

(1) Para fins contábeis, esses títulos estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$19.386 em 30 de junho de 2012;

(2) Pela característica de emissão, esses títulos são negociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias;

(3) Do total, o montante de R\$314.729 foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória n° 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei n° 8.727, de 05 de novembro de 1993;

(4) Títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações no mercado secundário.

Os Certificados Financeiros do Tesouro (CFT), R\$314.729 (R\$321.489 em 2011) foram reclassificados, em 2011, para a categoria "Mantidos Até o Vencimento", em face a indefinição quanto ao repasse desses títulos à Caixa de Previdência do Banco da Amazônia (CAPAF) para saneamento do

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
AA	21.567	5.938	16.840	15.443	50.440	264.960	375.188
A	661.746	42.080	57.494	44.252	274.166	23.476	1.103.214
B	158.988	23.343	337.617	22.134	87.269	1.015	630.366
C	6.332	42	162	3.674	494	3.898	14.602
D	4.072	1.282	1.319	2.041	1.134	181	10.029
E	77	24	1	248	50	-	400
F	125	40	34	74	288	4	565
G	64	75	25	14	38	3	219
H	1.432	649	209	228	1.153	783	4.454
TOTAL 2012	854.403	73.473	413.701	88.108	415.032	294.320	2.139.037
TOTAL 2011	593.133	273.484	169.235	170.133	357.269	489.476	2.052.732

Operações vencidas

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
B	12.579	700	36	-	-	-	13.315
C	3.602	8.104	504	703	225	2	13.140
D	1.540	1.195	3.868	42.930	134	7	49.674
E	138	427	197	3.494	1.163	32	5.451
F	216	12	150	9.296	655	20	10.349
G	112	50	108	2.182	396	227	3.075
H	1.153	382	304	2.618	30.528	3.164	38.149
TOTAL 2012	19.340	10.870	5.167	61.223	33.101	3.452	133.153
TOTAL 2011	26.513	12.761	11.673	19.186	50.379	1.043	121.555

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

2012	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	375.188	775.439	643.681	27.742	59.703	5.851	10.914	3.294	42.603	1.944.415
Rural	118.360	133.417	12.772	3.526	6.837	1.834	1.367	732	19.406	298.251
Indústria	232.658	178.415	332.575	6.065	2.895	1.023	6.846	580	3.087	764.144
Comércio	11.793	191.924	121.577	13.329	4.247	1.390	1.342	1.107	9.665	356.374
Serviços	5.006	128.167	164.894	290	43.731	372	298	26	3.202	345.986
Pessoas físicas	7.371	143.509	11.863	4.532	1.993	1.232	1.061	849	7.243	179.653
Intermediários Financ.	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Setor público	-	327.775	-	-	-	-	-	-	-	327.775
TOTAL DA CARTEIRA	375.188	1.103.214	643.681	27.742	59.703	5.851	10.914	3.294	42.603	2.272.190
Provisão requerida	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(5.516)	(6.437)	(832)	(14.447)	(1.755)	(5.457)	(2.306)	(42.603)	(79.353)
TOTAL DA CARTEIRA	381.449	1.349.100	300.788	27.877	31.303	10.706	10.751	7.091	55.222	2.174.287
Provisão requerida e constituída	-	(6.746)	(3.008)	(836)	(3.130)	(3.212)	(5.376)	(4.963)	(55.222)	(82.493)

Quando aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	2012	2011
Setor Público	327.775	532.774
Administração Direta	128.333	138.472
Administração Indireta	-	193.063
Atividades Empresariais	199.442	201.239
Setor Privado	1.944.415	1.641.513
Rural	298.251	381.108
Indústria	764.144	482.549
Comércio	356.374	317.827
Pessoas Físicas	179.653	167.588
Outros Serviços	345.986	292.171
Intermediários Financeiros	7	-
TOTAL DA CARTEIRA	2.272.190	2.174.287

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	2012	2011
Saldo no início do período	(78.599)	(172.679)
Provisões constituídas	(37.554)	(35.020)
Valores baixados para prejuízo	33.228	125.206
Reversões	3.572	-
Saldo no fim do período	(79.353)	(82.493)

O saldo acumulado de operações de crédito bancadas, controladas em conta de compensação, corresponde a R\$729.769 (R\$673.324 em 2011).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$23.546 (R\$13.402 em 2011).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito:

	2012	2011
Empréstimos	88.254	78.786
Títulos descontados	2.905	3.916
Financiamentos	42.166	29.707
Financiamentos rurais	11.282	15.812
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	23.546	13.402
TOTAL	168.153	141.623

Concentração dos principais devedores:

	2012		2011	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.218.336	53,6	1.055.779	48,6
50 maiores devedores seguintes	415.143	18,3	402.077	18,5
100 maiores devedores seguintes	133.846	5,9	138.089	6,3
Demais devedores seguintes	504.865	22,2	578.342	26,6
TOTAL	2.272.190	100,0	2.174.287	100,0

8. Outros Créditos - Diversos

Os Outros Créditos estão substancialmente formados pelos valores demonstrados abaixo, exceto pelas Operações de Câmbio, que possuem características de crédito e estão apresentadas na carteira de crédito (Nota nº 7):

	2012	2011
Crédito tributário (nota nº 15.b)	593.420	618.130
Títulos e créditos a receber	191.746	192.939
CAPAF ⁽¹⁾	146.031	139.594
Tecnologia	38.404	25.916
Outros	7.311	27.429
Devedores por compra de valores e bens	6.248	7.454
Devedores por depósitos em garantia	38.601	35.321
Devedores para apuração de responsabilidades	10.189	16.021
Impostos e contribuições a compensar	14.334	6
Pagamentos a ressarcir	17.032	5.547
Diversos	7.174	3.551
TOTAL	878.744	878.969

Saldo de curto prazo

Saldo de longo prazo

Saldo de curto prazo	176.652	579.572
Saldo de longo prazo	702.092	299.397

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$146.031 decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano Misto de Benefício e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

	2012	2011
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso	835	1.317
Móveis e equipamentos em estoque	16.481	5.908
Imobilizações em curso	61.455	65.686
Terrenos	2.670	2.670
Reavaliações de terrenos	13.223	13.223
Edificações	38.435	39.026
Reavaliações de edificações	35.047	36.179
(-) Depreciação acumulada	(27.920)	(25.412)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10.998	11.627
Móveis e equipamentos de uso	35.031	33.764
(-) Depreciação acumulada	(24.033)	(22.137)
Outras imobilizações	19.490	17.977
Sistema de comunicação	1.393	1.408
Sistema de processamento de dados	66.531	62.847
Sistema de segurança	3.660	3.433
Sistema de transporte	366	367
(-) Depreciação acumulada	(52.460)	(50.078)
TOTAL	109.259	102.515
c) Diferido		
Gastos em imóveis de terceiros	5.686	5.686
SFH - descontos concedidos	44	44
Gastos com projetos locais	14.946	14.946
Instalação e adaptação de dependências	5.362	5.386
Reestruturação e modernização sistema operacional	15.035	15.035
(-) Amortização acumulada	(40.534)	(37.914)
TOTAL	539	3.183
d) Intangível⁽¹⁾		
Licenças de uso de software	16.151	2.078
Software desenvolvido e em desenvolvimento	137.425	135.951
(-) Amortização Acumulada	(41.167)	(28.198)
TOTAL	112.409	109.831

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Limite para Imobilização	1.006.534	971.403
(-) Situação	(110.797)	(92.291)
Margem	895.737	879.112
Índice de Imobilização	5,5%	4,8%

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2012					2011	
	À Vista	A Prazo	Poupança	Dep.Interf.	Outros	Total	Total
Curto Prazo	680.190	635.985	475.877	2.274	985.409	2.779.735	2.447.926
Sem Vencimento	680.190	33.372	475.877	-	975.904	2.165.343	1.232.214
Até 90 dias	-	215.579	-	2.274	3.982	221.835	821.777
De 91 a 360 dias	-	387.034	-	-	5.523	392.557	393.935
Longo Prazo	-	107.097	-	-	21.790	128.887	75.909
TOTAL	680.190	743.082	475.877	2.274	1.007.199	2.908.622	2.523.835

b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados dentro de depósito a prazo, totalizaram R\$1.007.126 (R\$611.328 em 2011) e estão distribuídos da seguinte forma:

	2012	2011
FAT	31.104	31.642
FRAP	151	45
FIDER	190	169
FINAM	9.662	7.121
Dep. Especiais Remunerados - SUDAM	966.019	572.351
TOTAL	1.007.126	611.328

c) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, embora tenham sido liquidadas até 30 de junho de 2012 (R\$389.999 em 2011), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 9,3% e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo. As despesas de captações oriundas dessas operações totalizaram no semestre R\$3.811 (R\$15.839 em 2011).

d) Despesas de captações no mercado:

	2012	2011
Despesas de captações com depósitos	84.252	83.681
A prazo	28.640	36.709
Poupança	14.435	15.937
Especiais	38.571	28.554
Interfinanceiros	101	54
Demais captações	2.505	2.427
Despesas de captações no mercado aberto	3.811	15.839
Carteira própria	3.811	15.839
TOTAL	88.063	99.520

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no semestre é de R\$159.040 (R\$52.544 em 2011), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,0% a.a. e a variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

O Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no período estão assim resumidas:

	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	208.722	208.722	104.229	104.229
Adições líquidas de caráter permanente	2.406	2.406	5.586	5.586
Adições líquidas de caráter temporário	71.954	71.954	153.730	153.730
Lucro tributável antes das compensações	283.082	283.082	263.545	263.545
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	42.462	42.462	39.532	39.532
Adicional de Imposto de Renda (10%)	28.296	-	26.342	-
Incentivos	(1.822)	-	(432)	-
Valores devidos	68.936	42.462	65.442	39.532
Marcação a Mercado e Real. Res. Reavaliação	388	233	(1.188)	(713)
Valores registrados em resultado antes da ativação	69.324	42.695	64.254	38.819
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(7.640)	(4.584)	(26.355)	(15.812)
Valores efetivamente registrados no resultado	61.684	38.111	37.899	23.007
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	29,5	18,2	36,4	22,1

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30.06.2012	30.06.2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	593.420	618.130

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Deliberação CVM nº 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o semestre findo em 30 de junho de 2012:

	30.06.2012		30.06.2011	
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2012
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	894.576	91.059	(42.767)	942.868
Auxílio pós-emprego	386.995	6.663	(24.310)	369.348
Outras Provisões	174.057	17.851	(17.936)	173.972
Base de Cálculo	1.455.628	115.573	(85.013)	1.486.188
Imposto de Renda Diferido (25%)	363.907	28.893	(21.253)	371.547
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	894.576	91.059	(42.767)	942.868
Auxílio pós-emprego	386.995	6.663	(24.310)	369.348
Outras Provisões	167.025	17.851	(17.936)	166.940
Base de Cálculo	1.448.596	115.573	(85.013)	1.479.156
Contribuição Social Diferida (15%)	217.289	17.336	(12.752)	221.873
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	581.196	46.229	(34.005)	593.420
Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência	30,4%	-	-	30,8%
Participação dos créditos tributários no Ativo Total	5,9%	-	-	5,5%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabeleceu a CVM e o CMN.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Respectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2012, apresenta-se da seguinte forma:

	2012	2013	2014	2015	2016	De 2017 a 2021	TOTAL
CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA							
Crédito Tributário de Imposto de Renda	26.995	53.304	78.591	33.471	29.210	149.977	371.548
Crédito Tributário de Contribuição Social	16.197	31.982	47.154	20.082	17.526	88.931	221.872
TOTAL DOS CRÉDITOS	43.192	85.286	125.745	55.553	46.736	238.908	593.420
Taxa média de captação ao ano (%)	7,09	8,56	8,96	8,90	8,63	-	-
VALOR PRESENTE DESTES ATIVOS	40.333	73.360	99.267	38.821	31.188	100.083	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$99.990 (R\$66.480 em 2011). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2012, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	2012	2011
Rendas administração de fundos e programas	216.396	188.182
FNO	194.540	181.623
FINAM	3.115	3.598
FDA	17.647	-
Demais rendas	1.094	2.961
Rendas de tarifas bancárias	39.451	27.311
Pessoa física	12.107	10.291
Pessoa jurídica	27.344	17.020
Rendas de outros serviços	7.021	8.359
Tarifas de operações de crédito	-	1.015
Demais rendas	7.021	7.344
TOTAL	262.868	223.852

b) Despesas de pessoal

	2012	2011
Honorários	1.875	1.929
Benefícios	22.435	19.965
Encargos sociais	41.942	41.511
Proventos	101.405	85.383
Treinamento	2.747	1.142
Remuneração de estagiários	2.415	2.177
TOTAL	172.819	152.107

c) Outras despesas administrativas

	2012	2011
Água, energia e gás	4.241	3.856
Aluguéis	4.602	3.772
Processamento de dados	26.604	23.442
Despesas de comunicações	15.260	14.514
Manutenção e conservação de bens	4.954	5.043
Despesas de material	678	1.398
Serviços de terceiros	6.294	5.559
Vigilância e segurança	7.716	6.556
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.524	9.313
Despesas de promoções e relações públicas	2.999	2.261
Despesas de propaganda e publicidade	1.675	4.471
Despesas de publicações oficiais	940	-
Despesas de serviços técnicos especializados	2.138	2.621
Despesa de transporte	8.233	4.073
Despesas de viagens	3.823	3.817
Despesas de depreciação	6.466	7.538
Despesas de amortização	7.897	6.963
Demais despesas administrativas	2.422	3.572
TOTAL	112.466	108.769

d) Despesas tributárias

	2012	2011
ISS	2.040	1.985
COFINS	25.408	23.372
PIS/PASEP	4.129	3.798
Demais tributos	1.108	1.219
TOTAL	32.685	30.374

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2012	2011
Outras receitas operacionais	2012	2011
Del credere - FNO	142.872	130.061
Demais rendas operacionais	55.981	32.299
Recuperações de operações do FNO	20.443	12.334
Receita de variação de taxas do FMM	6.141	3.694
Receita de variação de taxa de câmbio	12.297	3.376
Recuperação de encargos e despesas	3.041	2.600
Imposto de Renda - Reversão	667	-
Rendas sobre depósito compulsório	2.555	2.859
Demais receitas	10.837	7.436
TOTAL	198.853	162.360

	2012	2011
Outras despesas operacionais	2012	2011
Despesas de provisão - FNO	56.776	112.958
Atualização de benefícios pós-emprego	32.612	25.355
Apuração de responsabilidade	381	4.084
Despesas de fundos de investimento	829	1.787
Despesas de variação de taxa de câmbio	4.881	5.368
Passivos judiciais e legais	6.727	4.773
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	4.444	3.590
Despesas pós-emprego - assistidos	6.663	7.576
Despesas pós-emprego - auxílio saúde	7.326	8.299
Despesa com agravamento de operações	4.311	11.954
Demais despesas operacionais	10.359	7.196
TOTAL	135.309	192.940

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Amazônica, promovendo a valorização da mão-de-obra local, a fixação do homem na própria região, visando diminuir as diferenças sócio-econômicas existentes entre a Amazônia e as demais regiões do país.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. As regras nesse Decreto-Lei foram alteradas ao longo do tempo e, atualmente, estão vigentes as novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais, estabelecidas na Lei nº 8.167/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 101/1991 e alterações posteriores.

Com a edição da Portaria Interministerial de nº 158/2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ficou estabelecida a remuneração devida ao Banco operador pela administração dos Fundos de Investimentos Regionais de 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo.

Durante este semestre não houve repasse de recursos por parte do Tesouro Nacional. Com o ingresso de outras fontes de recursos, como amortização de debêntures, venda direta e oferta pública de ações, ocorreu a liquidação do valor de R\$13.901, que se encontrava registrado no ativo, na rubrica de Rendas a Receber (R\$20.521 em 2011), referente a taxa de administração devida pelo FINAM.

No semestre, foi reconhecido como Receita de Prestação de Serviço o valor de R\$3.115 (R\$3.598 em 2011).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas. Através do Decreto nº 4.254/2002, foi aprovado o regulamento desse Fundo, tendo como agente operador as instituições financeiras federais.

No semestre foi liberado o montante de R\$882.372 (não ocorreram liberações em 2011), tendo o Banco recebido de taxa de administração R\$17.647 (não houve taxa de administração em 2011). Em 30 de junho de 2012, o Banco tem registrado, em Passivos Contingentes, a título de provisão para fazer face ao risco de 2,5%, o montante de R\$736 (R\$138 em 2011).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2012	2011
Taxa de administração ⁽¹⁾	194.540	181.623
Del-credere ⁽²⁾	142.872	130.061
Recuperação de operações ⁽³⁾	20.471	12.334
Remuneração do disponível ⁽⁴⁾	(138.716)	(114.641)
Desp. provisão (risco compartilhado) ⁽⁵⁾	(56.776)	(112.958)

- Taxa de administração de 0,25% a.m. incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto nº 5.641/2005 e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do PRONAF, na forma do Manual de Crédito Rural (MCR) Cap. 10. Em atendimento ao art. 5º desse Decreto, o pagamento da taxa de administração do mês de referência é efetuado no 1º dia útil do mês seguinte à data base, sendo registrado na conta de Rendas a Receber, cujo saldo em 30.06.2012 é de R\$29.944 (R\$29.407 em 2011).
- Del-credere de 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferiu del-credere, por estar isento de risco;
- Recitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, sendo R\$20.325 (R\$12.098 em 2011) referente a operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005;
- Remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento"; e
- Calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999. Essa provisão está registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$607.234 (R\$596.824 em 2011).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$53.861 (R\$42.785 em 2011) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias. Este procedimento está de acordo com o determinado pelos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, editado através da Portaria Interministerial nº 11/2005.

As recuperações de operações de crédito na forma de renegociação e recebimentos à vista, por normativos legais e administrativos, importaram em R\$20.471 (R\$12.383 em 2011).

A Resolução CMN nº 4028/2011 autoriza a composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por meio da implementação da resolução gerou o estorno de provisão na ordem de R\$28.851 (em 2011 não houve).

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido por um Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco a geração de emprego e renda.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupoamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do CODEFAT, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no semestre, no montante de R\$4.280 (R\$4.065 em 2011), conforme demonstrado a seguir:

Aplicado	2012				2011			
	Taxa	Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos	
PROGER urbano	TJLP	846	29.566	820	28.694	-	-	
PRONAF	-	835	-	795	-	-	-	
Disponível	TMS	158	1.538	164	2.948	-	-	
PROGER urbano	-	149	-	154	-	-	-	
PRONAF	-	9	-	10	-	-	-	
Principal	-	3.276	-	3.081	-	-	-	
PROGER urbano	-	2.979	-	2.819	-	-	-	
PRONAF	-	297	-	262	-	-	-	
TOTAL		4.280	31.104	4.065	31.642			

Os recursos do FAT são aplicados em financiamentos, tendo como base o programa para a geração de emprego e renda (PROGER), nas modalidades:

- PROGER- urbano - que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas e associações de produção e dos recém-formados;
- PRONAF - com finalidade de proporcionar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda, mediante fornecimento de crédito e assistência aos agricultores familiares.

Programa	Resolução / TADE	30.06.2012				30.06.2011			
		Disponível TMS ⁽¹							

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005. Os benefícios assegurados por este Plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação antecipada de aposentadoria por tempo de serviço, contribuição ou benefício diferido;
- Suplementação de abono anual;
- Suplementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Benefício diferido por desligamento; e
- Benefício proporcional diferido.

a.3) Custeio dos Planos

Plano de Benefício Definido (PBD):

- Contribuição dos Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistedos sobre o somatório do Benefício Suplementar com o concedido pelo RGPS, exceto os pensionistas não optantes do PCS/94;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o total dos salários de participação;
- Jóia dos Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no Regulamento.

Plano Misto de Benefício (PMB):

- Contribuição de Ativos e Autopatrocinados sobre o salário de participação;
- Contribuição dos Assistedos que migraram do Plano BD;
- Contribuição das Patrocinadoras sobre o salário de participação;
- Jóia de Participantes Ativos; e
- Outras fontes de custeio definidas no regulamento.

a.4) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistedos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	2,9%	2,9%	5,5%	5,5%
Projeção de aumentos salariais	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	-	-	5,8%	5,8%
Projeção de aumentos dos benefícios do plano	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	0,2%	0,2%	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	-	-	-	-
Taxa de inflação	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento dos custos de saúde	-	-	-	-	-	-	1,1%	1,1%

II – Demográficas

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistedos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	N/A	N/A
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência aposentados	AT-83M	AT-83M	AT 1983	AT 1983	AT-83M	AT-83M	AT-83M	AT-83M
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC	EX-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27	TASA 27
Taxa de morbidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

a.5) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente obrigação atuarial no início do semestre	(617.549)	(601.876)	(152.599)	(147.038)
Custo do serviço corrente	(2.784)	(4.335)	(45)	(66)
Custo de juros	(33.878)	(32.208)	(8.121)	(7.877)
(Perdas) / Ganhos atuariais	(21.280)	4.301	(11.909)	(17.685)
Benefícios pagos pelo plano	25.746	25.483	9.363	8.883
Valor presente obrigação no final do semestre	(649.725)	(608.635)	(163.311)	(163.783)
Valor justo dos Ativos Plano no início semestre	(221.209)	(181.977)	95.748	89.031
Retorno esperado dos ativos	(12.527)	(9.612)	6.720	5.761
Ganhos / (Perdas) Atuariais	(920)	32.585	3.478	3.974
Contribuições (empregador/participantes)	14.228	11.742	164	183
Benefícios Pagos pelo Plano	(25.747)	(25.483)	(9.363)	(8.883)
Valor justo dos Ativos Plano no final semestre	(246.175)	(172.745)	96.747	90.066
Total valor presente obrigação final do semestre	(895.900)	(781.380)	(163.311)	(163.783)
Com cobertura	(895.900)	(781.380)	(96.747)	(90.066)
Sem cobertura	(895.900)	(781.380)	(66.564)	(73.717)

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(895.900)	(781.380)	(66.564)	(73.717)
Montante não reconhecido como ativo (passivo) – 50,0% do excesso (Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	447.960	390.690	33.282	36.858
26.495	1.324	(15.502)	(10.973)	
(Passivo) / Ativo atuarial líquido reconhecido ao final do semestre	(421.455)	(389.366)	(48.784)	(47.832)

	Assistedos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente obrigação atuarial no início do semestre	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Custo do serviço corrente	-	-	(1.000)	(1.295)
Custo de juros	(3.724)	(3.853)	(6.041)	(6.385)
(Perdas) / Ganhos atuariais	(4.257)	1.699	7.210	6.181
Benefícios pagos pelo plano	6.462	6.382	2.915	2.968
Valor presente obrigação no final do semestre (sem cobertura)	(70.520)	(70.013)	(110.240)	(117.312)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(70.520)	(70.013)	(110.240)	(117.312)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	8.211	8.788
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	6.942	5.725	(332)	15.650
Passivo / Ativo atuarial líquido reconhecido ao final do semestre	(63.578)	(64.288)	(102.361)	(92.873)

a.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do semestre	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)
Pagamentos para plano líquido administração	8.113	6.795	82	91
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(24.584)	(23.077)	(429)	(619)
Passivo / Ativo reconhecido no final do semestre	(421.455)	(389.366)	(48.784)	(47.832)
Assistedos pelo Banco	2012	2011	2012	2011
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do semestre	(62.173)	(61.832)	(97.947)	(87.499)
Pagamentos para plano líquido administração	6.462	6.382	2.915	2.968
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(7.867)	(8.838)	(7.329)	(8.342)
Passivo / Ativo reconhecido no final do semestre	(63.578)	(64.288)	(102.361)	(92.873)

a.7) Despesa Total Reconhecida na Demonstração do Resultado

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	(1.362)	(2.168)	(22)	(33)
Custo de juros	(16.939)	(16.104)	(4.051)	(3.938)
Retorno esperado dos ativos	(6.263)	(4.806)	3.360	2.880
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	-	-	294	3.280
Total da (despesa) / receita reconhecida Administração do Plano	(24.584)	(23.077)	(429)	2.189
(1.432)	(1.199)	(12)	(14)	
Total da (despesa) / receita no semestre	(26.016)	(24.277)	(441)	2.175
Assistedos pelo Banco	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	-	-	(1.000)	(1.295)
Custo de juros	(3.724)	(3.853)	(6.041)	(6.385)
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	(4.144)	(4.985)	1	(373)
Amortização de serviços passados	-	-	(289)	(289)
Total da (despesa) / receita reconhecida	(7.868)	(8.838)	(7.329)	(8.342)
Total da (despesa) / receita no semestre	(7.868)	(8.838)	(7.329)	(8.342)

a.8) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistedos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Renda Fixa	9,7%	11,9%	81,8%	87,1%
Renda Variável	-	-	1,7%	1,5%
Empréstimos	79,0%	80,0%	3,8%	1,9%
Imóveis	11,3%	8,1%	12,7%	9,5%
Total em percentual dos ativos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

a.9) Montantes incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistedos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Em propriedade ocupada ou ativo utilizado	3,8%	-	0,8%	0,9%

a.10) Descrição da Base utilizada para determinar a Taxa Esperada de Retorno dos Ativos

Plano de Benefício Definido (PBD):

A taxa real de juros de 6% a.a. é adotada no Plano de Benefícios Previdenciais, sendo que conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/06, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais é de 6,0% a.a. ou a sua equivalência mensal.

A taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 11,3%, a qual corresponde a taxa de juros máxima para as projeções atuariais de 6,0% a.a, mais a inflação.

Plano Misto de Benefício (PMB):

A taxa esperada de retorno dos ativos do Plano de Benefícios Previdenciais foi apurada em função da meta atuarial, considerando a taxa real de juros e inflação.

Os planos Assistedos pelo Banco e Auxílio Saúde não mantêm ativos, desta forma a taxa de Retorno dos ativos não é aplicável para os mesmos.

a.11) Retorno anual dos Ativos

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistedos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Retorno real semestral dos ativos	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%	N/A	N/A	N/A	N/A
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativo	N/A	N/A	0%	0%	N/A	N/A	N/A	N/A

a.12) Montantes de pagamentos esperados no semestre seguinte

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Normais	7.922	7.489	87	113
Administração	689	689	6	6
Montante dos Pagamentos esperados no Semestre Seguinte	8.611	8.178	93	119

Normais	Assistedos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
	5.484	5.856	3.076	2.968
Montante dos Pagamentos esperados no Semestre Seguinte	5.484	5.856	3.076	2.968

a.13) Efeito decorrente de aumento e redução de um ponto percentual nos custos do Auxílio-Saúde

	Auxílio-Saúde		Auxílio-Saúde	
	Redução em 1 Ponto percentual	% valores fim do semestre	Aumento em 1 Ponto percentual	% valores fim do semestre
Valor total do custo de juros	5.570	(6,8%)	6.451	7,9%
Valor total do custo do serviço corrente	755	(27,9%)	1.166	11,3%
Valor presente da obrigação atuarial	102.840	(6,7%)	118.861	7,8%

As contribuições normais do Banco como patrocinador da CAPAF, totalizaram, no semestre, R\$4.889 (R\$4.667 em 2011), sendo R\$2.719 referentes ao Plano de Benefícios Definidos e R\$2.170 ao Plano Misto de Benefícios.

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981, sendo pago, no semestre, o montante de R\$6.663 (R\$7.576 em 2011).

Intervenção na CAPAF

O Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – Diretoria de Análise Técnica, por meio das Portarias n°s 585/586/587/588 e 589, de 05 de agosto de 2010, publicadas no Diário Oficial da União, do dia 06 de agosto de 2010, autorizou o seguinte:

- A aplicação dos Regulamentos dos planos:
 - 1° - Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA;
 - 2° - Plano Misto de Benefício Saldado; e
 - 3° - Plano de Benefício Saldado.
- Alteração dos regulamentos dos Planos:
 - 1° - Plano de Benefício Definido; e
 - 2° - Plano Misto de Benefícios.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por intermédio das Portarias n°s 254, 255 e 256, todas de 25.05.2011, publicadas no Diário Oficial da União de 27.05.2011, fixou o prazo, improrrogável, de até 30.09.2011, para início do funcionamento dos novos planos de benefícios a serem administrados pela CAPAF.

Encerrado o prazo fixado pela PREVIC, o processo atingiu 61,20% do público alvo, com a adesão de 2.196 de um total de 3.587 participantes, não alcançando, portanto, o nível estabelecido para viabilizar a implantação dos planos de benefícios saldados.

Até as Portarias n°s 573 e 574, publicadas no Diário Oficial da União de 04.10.2011, a PREVIC, respectivamente, decretou a intervenção e nomeou o interventor da CAPAF, tendo sido fixado o prazo de 180 dias para a intervenção, prazo este prorrogado posteriormente por igual período, através da Portaria n° 142, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012.

Além da intervenção, a PREVIC instituiu Comissão de Inquérito (Portaria n° 90, de 16 de fevereiro de 2012), para apurar as causas que levaram à intervenção na CAPAF, assim como a responsabilidade dos administradores e conselheiros daquela Caixa. O prazo fixado para a Comissão foi de 90 dias, sendo posteriormente prorrogado, pelo mesmo período, contado a partir de 10 de junho de 2012 (Portaria n° 300, de 13 de junho de 2012).

Considerando a situação existente, o Banco continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas decorrentes de decisão judicial para complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD). O montante pago neste semestre foi R\$16.141(R\$9.073 em 2011, contado a partir de março).

As ações judiciais foram impetradas pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários nos Estados do Pará e Amapá e pela Associação dos Aposentados e Pensionistas do Banco da Amazônia, sendo que a primeira foi extinta, permanecendo vigente a segunda.

Acatando proposta formulada pelo Interventor, os órgãos de controle e fiscalização autorizam a reabertura do prazo para adesão, por qualquer participante (empregado da ativa, ex-participante, aposentado ou pensionista), aos novos planos saldados de benefícios da CAPAF. A nova fase do processo, como diferencial, contemplará a realização de negociações individuais com os participantes que se encontram no abrigo da Portaria n° 375/1969, envolvendo a disponibilização de recursos financeiros não previstos anteriormente, através de acordos judiciais nas ações promovidas até a data de decretação da intervenção da CAPAF.

Auxílio saúde

Aos aposentados e pensionistas é concedido pelo Banco meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

A participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano. De acordo com o regulamento desse benefício.

No cálculo atuarial referente ao auxílio-saúde, na data base 30 de junho de 2012, foi considerada a hipótese financeira e econômica de crescimento real desse benefício em percentual de 2,2% a.a.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou o montante de R\$2.911 (R\$2.925 em 2011).

O saldo da provisão referente a essas obrigações é o seguinte:

	2012	2011
Auxílio-saúde (nota n° 13.b)	102.361	92.873
Aposentados de responsabilidade do Banco (nota n° 13.b)	63.578	64.288

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

28. Informações complementares

a) Avals e fianças prestados

Os avals e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	5.007.889	4.565.689
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	90.022	82.597
TOTAL	5.097.911	4.648.286

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$142.681 (R\$135.492 em 2011), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos e em atendimento ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

- Ações trabalhistas** – As ações trabalhistas são agrupadas em função do tipo e objeto, às quais são atribuídas perdas médias esperadas e fatores de ponderação de perdas, apuradas em estudo estatístico e baseado nas ações encerradas nos últimos 5 anos.
- Ações de natureza cível** – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas "perdas médias esperadas" apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos 5 anos. Para todas as ações

cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.

- Ações de natureza fiscal** – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;

- Outros** – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 30 de junho de 2012, foram interpostas contra o Banco 858 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$15.887 (R\$18.273 em 2011). No semestre, foram cumpridas 32 ações no valor de R\$3.080 (R\$2.913 em 2011).

A movimentação da provisão no semestre está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2011	Adição	Utilização	Saldo em 30.06.2012
Trabalhista	28.534	8.208	(9.694)	27.048
Cível/Fiscal	25.777	6.777	(2.907)	29.647
Fdos Invest.	18.173	829	(3.115)	15.887

c.2) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$20.727, com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2012 (R\$18.028 em 2011). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Outras Informações

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existiam contratos de derivativos em aberto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2012/004

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 31.07.2012, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30.06.2012, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, aprovou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Banco e do FNO referentes ao primeiro semestre de 2012.

Belém (PA), 31 de julho de 2012

CONSELHO FISCAL

PARECER CF Nº 2012/003

Ref. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2012.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2012.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 31 de julho de 2012, e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 30 de junho de 2012, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 31 de julho de 2012

COMITÊ DE AUDITORIA

Resumo do Relatório Semestral - 1º semestre de 2012

De acordo com o disposto no inciso XIII do artigo 9.º de seu Regimento Interno, este Comitê de Auditoria apresenta o relatório-resumo referente ao período de 1.º/01/2012 a 30/06/2012.

O documento sintetiza o relatório analítico, avaliando as atividades desenvolvidas; a efetividade do sistema de controles internos; a efetividade da auditoria independente; a efetividade da auditoria interna; o atendimento às demandas de órgãos externos; e outros temas (Caixa de Previdência dos Funcionários, Projeto de Excelência Tecnológica, Fundo de Investimentos da Amazônia, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Ouidoria); e a qualidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia desempenhou suas funções regulamentares e institucionais. Realizou reuniões com os gestores das unidades corporativas e emitiu avaliações periódicas. Relatou ao Conselho de Administração as matérias resultantes de sua supervisão, monitoramento, análise e avaliação das políticas, práticas e procedimentos de gestão.

Na avaliação da efetividade do sistema de controles internos, analisou o ambiente de controle, a avaliação e o gerenciamento de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento. A implantação de projetos e a implementação de planos de ação em andamento, sobretudo na área de TI, mitigarão riscos e aprimorarão ainda mais o sistema, reduzindo em especial a intervenção manual nos processos.

Constatou que os trabalhos da Auditoria Externa foram conduzidos com independência e de acordo com as normas técnicas aplicáveis, estando documentados através de plano de auditoria, relatórios e pareceres, que refletem a situação atual do Banco da Amazônia.

Verificou também que a Auditoria Interna também atuou com igual independência e efetividade. Providências em andamento, relacionadas ao desenvolvimento de processos e implantação de sistemas, permitirão que atue com maior intensidade na avaliação dos riscos de processos de abrangência corporativa.

O Banco vem atendendo às demandas dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Entre os demais temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria no período, destacam-se o Projeto de Excelência Tecnológica (PET) e o processo de equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF).

As demonstrações financeiras com data-base 30/06/2012, as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente estão de acordo com os normativos que regulam a atividade bancária e com as práticas contábeis vigentes no País.

Assim, por refletirem a situação financeira e patrimonial da Empresa, ressalvado o possível impacto das responsabilidades financeiras e atuariais com a CAPAF (notas explicativas 6 e 24), cujo montante ainda não está definido com exatidão, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Belém (PA), 31 de julho de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Nossos procedimentos de auditoria revelaram os seguintes assuntos com relação aos benefícios pós-emprego do Banco:

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial especificamente contratada para assessorar o Banco no plano de reestruturação, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do "Plano Misto de Benefícios Saldado", "Plano Saldado de Benefício Definido" e do "Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA", os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado com base em fevereiro de 2010 que estimava o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil (não auditado), o qual considerava as seguintes premissas: (i) a adesão da totalidade dos participantes aos novos acordos do plano de benefício; (ii) a responsabilidade do Banco em 72,84% do valor total do passivo atuarial apurado acima; e (iii) a responsabilidade dos empregados ativos e assistidos em 27,16% do valor total do passivo atuarial apurado acima. A implantação do projeto de reestruturação não foi concluída até a data limite estabelecida pela PREVIC (30 de setembro de 2011), visto que a adesão dos participantes do plano não atingiu o percentual mínimo para que o plano pudesse ser colocado em prática para a efetivação da reestruturação. Como consequência, e em cumprimento às disposições contidas no artigo 44 da Lei Complementar 109, em 3 de outubro de 2011 a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, conforme Portaria 573, e nomeou seu interventor através da Portaria 574, determinando a perda do mandato dos atuais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CAPAF e dando amplos poderes de administração ao interventor. Em 21 de março de 2012, a PREVIC, por meio da Portaria 142, prorrogou por mais 180 dias, a contar de 1º de abril de 2012, a intervenção da CAPAF. O prazo de intervenção na CAPAF está em curso, e, portanto, não é possível saber quais serão as medidas propostas no processo de intervenção para o saneamento ou liquidação dos planos de benefícios da CAPAF e seus efeitos nas demonstrações financeiras do Banco em 30 de junho de 2012.
- O Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento não está de acordo com a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600. Em 30 de junho de 2012, o valor referente aos 50% não provisionados monta em R\$ 421.455 mil.
- Durante o exercício de 2010 o Banco aplicou pela primeira vez a Deliberação CVM 600, porém, o laudo atuarial não considerou o efeito da adoção inicial do padrão contábil estabelecido pela CVM 600 e os ganhos e perdas atuariais não foram reconhecidos conforme os requerimentos de transição. Dessa forma, o Banco continua diferindo o montante total de ganhos ou perdas atuariais acumulados conforme estabelecido pela Deliberação CVM 371, que foi revogada pela Deliberação supra citada.
- De acordo com a Deliberação CVM 600, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefício pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. A moeda e prazo desses instrumentos financeiros devem ser consistentes com a moeda e prazo esperados dessas obrigações. Em 30 de junho de 2012, a taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações atuariais não foi apurada de acordo com os requerimentos da Deliberação CVM 600 e o Banco não nos apresentou um estudo demonstrando o impacto caso utilizasse a taxa de desconto baseada na Deliberação. De acordo com a Deliberação CVM 600, os efeitos, se algum, da adoção da nova taxa utilizada para descontar as obrigações de benefício pós-emprego afetam o período imediatamente posterior a 30 de junho de 2012.

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, em 30 de junho de 2012 o Plano Misto de Benefícios apresenta déficit atuarial no montante de R\$ 66.564 mil, o qual não foi registrado pelo Banco como obrigação atuarial.
- Em 30 de junho de 2012, o Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, o valor de R\$ 146.031 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior para a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, no plano de contribuição definida e pagamentos de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. Uma vez que o processo de equacionamento do déficit atuarial dos planos da CAPAF não foi concluído, a realização dos referidos saldos dependerá das decisões tomadas no processo de intervenção da CAPAF pela PREVIC.
- Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 314.729 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Esses títulos estão classificados na categoria mantidos até o vencimento conforme permitido Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O Banco tem a prerrogativa de liquidar suas obrigações junto à CAPAF com a utilização desses títulos pelo seu valor de face. Em nosso entendimento, após a transferência desses títulos a valor de face para a CAPAF, estes deverão ser marcados a mercado para fins de cálculo do déficit atuarial e seus efeitos no Banco na figura de patrocinador. O efeito da marcação a mercado, que em 30 de junho de 2012 é uma perda de R\$ 18.079 mil, aumentaria a provisão para obrigações atuariais registrada no Banco nesse mesmo montante.

Devido aos assuntos acima mencionados, para a data-base de 30 de junho de 2012, não nos foi possível concluir sobre a realização do valor a receber da CAPAF de R\$ 146.031 mil registrado em Outros créditos e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco com relação aos benefícios pós-emprego no montante de R\$ 587.394 mil, e o seu respectivo crédito tributário no montante de R\$ 147.739 mil.

Abstenção de opinião

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas.

Ênfase

Conforme mencionado no parágrafo Base para abstenção de opinião e na nota explicativa 24, a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, prazo este que foi prorrogado por mais 180 dias, a contar de 1º de abril de 2012, conforme a Portaria nº 142 de 21 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012. Nesta data não é possível mensurar o valor da obrigação atuarial a ser coberta pelo Banco junto a CAPAF, na figura de patrocinador dos planos, bem como o efeito desse evento sobre as operações, sobre as demonstrações financeiras e sobre o patrimônio de referência do Banco em 30 de junho de 2012.

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2012.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao semestre anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, para as quais emitimos relatório datado de 29 de julho de 2011, onde expressamos opinião com ressalva de limitação de escopo referente a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto à CAPAF em 30 de junho de 2011 no montante de R\$ 389.366 mil, e o respectivo crédito tributário, no montante de R\$ 113.944 mil.

São Paulo, 31 de julho de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-S-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-S-PA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ 106.036/O-5-S-PA

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO:

Luiz Fernando Pires Augusto – Presidente
Abidias José de Sousa Junior - Conselheiro
Fabrício Da Soller - Conselheiro
Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios - Conselheiro
José Helder Silveira de Almeida - Conselheiro
Antônio Ximenes Barros – Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Ricardo Pena Pinheiro – Presidente
Marcelo Saraiva Cavalcanti - Conselheiro
Penha Maria Barroso Aguiar - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Abidias José de Sousa Junior
Presidente

Antônio Carlos de Lima Borges
Diretor de Infraestrutura do Negócio (DINEG)

Carlos Pedrosa Júnior
Diretor de Controle e Risco (DICOR)

Eduardo José Lima Cunha
Diretor de Análise e Reestruturação (DIARE)

Gilvandro Negrão Silva
Diretor Comercial e de Distribuição (DICOM)

Wilson Evaristo
Diretor de Gestão de Recursos (DIREC)

COMITÊ DE AUDITORIA

Carlito Silvério Ludwig – Presidente
Hélio Graça – membro

CONTADOR

Maria de Belém Silva Cotta – CRC-PA- 007217/O